

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Artigo 2.º

Impostos visados

Decreto do Presidente da República n.º 10/2003 de 28 de Fevereiro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Letónia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Riga em 19 de Junho de 2001, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2003 em 19 de Dezembro de 2002.

Assinado em 10 de Fevereiro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Fevereiro de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 12/2003

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Letónia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Riga em 19 de Junho de 2001.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Letónia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento, assinada em Riga em 19 de Junho de 2001, cujo texto na versão autêntica em língua portuguesa segue em anexo.

Aprovada em 19 de Dezembro de 2002.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA LETÓNIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

A República Portuguesa e a República da Letónia, desejando concluir uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, designadamente:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e
- iii) A derrama;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Relativamente à Letónia:

- i) O imposto sobre o rendimento das empresas (*uznemumu ienakuma nodoklis*); e
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (*iedzivotaju ienakuma nodoklis*);

(a seguir referidos pela designação de «imposto letão»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a crescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e bem assim as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativos à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- b) O termo «Letónia» significa a República da Letónia e, em sentido geográfico, compreende o território da República da Letónia e qualquer zona adjacente às suas águas territoriais onde, em conformidade com a legislação da Letónia e o direito internacional, a Letónia tem direitos

de soberania relativos ao leito do mar, do seu subsolo e dos seus recursos naturais;

- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Letónia, consoante resulte do contexto;
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa de um Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:
 - i) No caso de Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou o seu representante autorizado;
 - ii) No caso da Letónia, o Ministro das Finanças ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional» designa:

- i) Todas as pessoas singulares que tenham a nacionalidade de um Estado Contratante;
- ii) Todas as pessoas colectivas, associações ou outras entidades constituídas de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão aí não definida terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante dessa legislação fiscal sobre a que decorra de outra legislação desse Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção, ao local de constituição ou a qualquer outro critério de natureza similar e inclui, igualmente, esse Estado e, bem assim, as suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente apenas do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados será considerada residente apenas do Estado Contratante em que permaneça habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes de ambos os Estados resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, as autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver a questão através de acordo amigável e determinarão o modo de aplicação da Convenção a essa pessoa.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerce toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina; e
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção, de instalação ou de montagem ou as actividades de supervisão conexas só constituem um estabelecimento estável se a sua duração exceder nove meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para os armazenar, expor ou entregar;

- c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para serem transformados por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante auferir de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios dos bens imobiliários, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, qualquer opção ou direito similar relativo à aquisição de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — Quando a propriedade de acções ou de outros direitos sociais numa sociedade confere aos seus possuidores a fruição de bens imobiliários detidos pela sociedade, os rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização desses direitos de fruição podem ser tributados no Estado Contratante em que os bens imobiliários se encontram situados.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 3 e 4 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares nas mesmas condições ou em condições similares e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, a disposição do n.º 2 deste artigo não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens ou de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Navegação marítima e aérea

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 é aplicável, igualmente, aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

3 — Quando sociedades de países diferentes acordam em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio, o disposto no n.º 1 aplicar-se-á à parte dos lucros do consórcio correspondente à participação detida nesse consórcio por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante; e

em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada nesse outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se esse outro Estado considerar o ajustamento justificado. Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção, e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo

com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto dos dividendos.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — O termo «dividendos» usado neste artigo significa os rendimentos provenientes de acções ou de outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outros direitos sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções, pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto dos juros.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um Estado Contratante auferidos a título de beneficiário efectivo pelo Governo do outro Estado Contratante, incluindo as suas subdivisões políticas ou administrativas e autarquias locais, o banco central ou qualquer instituição financeira totalmente detida por esse Governo ou os juros provenientes de empréstimos garantidos por esse Governo serão isentos de imposto no Estado primeiramente mencionado.

4 — O termo «juros» usado neste artigo significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os ren-

dimentos da dívida pública e de obrigações, incluindo prémios atinentes a esses títulos. O termo «juros» não inclui rendimentos que sejam tratados como dividendos ao abrigo das disposições do artigo 10.º Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm os juros uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com o qual haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — As *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Todavia, essas *royalties* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo das *royalties* for um residente do outro Estado Contratante o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto das *royalties*.

3 — O termo *royalties* usado neste artigo significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos e os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *royalties*, residente de um

Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm as *royalties* uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou o bem relativamente ao qual as *royalties* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — As *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com o qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento das *royalties* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo das *royalties*, ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, o direito ou as informações pelos quais são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários, conforme são definidos no artigo 6.º, situados no outro Estado Contratante ou de acções de sociedades cujo activo seja constituído essencialmente por bens imobiliários podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos auferidos por uma empresa de um Estado Contratante provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados nesse Estado.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um indivíduo residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado.

Esses rendimentos podem, porém, ser tributados no outro Estado Contratante nos seguintes casos:

- a) Se esse residente dispuser, de forma habitual, no outro Estado Contratante de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades; nesse caso, podem ser tributados no outro Estado Contratante, unicamente, os rendimentos que forem imputáveis a essa instalação fixa; ou
- b) Se esse residente permanecer no outro Estado Contratante durante um período ou períodos que excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; nesse caso, só pode ser tributada no outro Estado Contratante a parte dos rendimentos derivada das actividades exercidas nesse outro Estado.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, os salários, vencimentos e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou de um órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2 deste artigo, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de artista ou de desportista ficarão isentos de imposto no outro Estado Contratante se a deslocação a esse outro Estado for financiada total ou principalmente através de fundos públicos de um ou de ambos os Estados Contratantes ou das suas subdivisões políticas ou administrativas ou das suas autarquias locais. Nesse caso, os rendimentos só serão tributados no Estado Contratante de que o artista ou desportista for residente.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Estes salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse

Estado e se a pessoa singular for um residente desse Estado:

- i) Sendo seu nacional; ou
- ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, quer directamente quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares e às pensões pagos em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

Artigo 20.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é ou foi imediatamente antes de se deslocar a um Estado Contratante residente do outro Estado Contratante e que permanece no Estado primeiramente mencionado com o único fim de aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação profissional recebe para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação profissional não são tributadas nesse Estado desde que provenham de fontes situadas fora dele.

Artigo 21.º

Professores e investigadores

1 — Uma pessoa que se desloque a um Estado Contratante com vista a ensinar ou a efectuar investigação numa universidade, colégio ou outra instituição similar de ensino ou de investigação científica reconhecida nesse Estado Contratante e sendo ou tendo sido imediatamente antes daquela deslocação residente do outro Estado Contratante ficará isenta de tributação no Estado primeiramente mencionado relativamente às remunerações derivadas dos referidos ensino ou investigação por um período que não exceda dois anos a partir da data da sua primeira deslocação com tal propósito.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica aos rendimentos derivados de investigação se essa investigação for efectuada não no interesse público mas, fundamentalmente, em benefício próprio de uma determinada pessoa ou pessoas.

Artigo 22.º

Actividades *offshore*

1 — Não obstante as disposições dos artigos 4.º a 20.º desta Convenção, o disposto neste artigo é aplicável.

2 — Para efeitos deste artigo, a expressão «actividades *offshore*» significa as actividades desenvolvidas na zona *offshore* de um Estado Contratante, em conexão com a prospecção e a exploração do leito do mar e do seu subsolo e respectivos recursos naturais situados nesse Estado.

3 — Sujeito ao disposto no artigo 4.º, considera-se que uma pessoa residente de um Estado Contratante e que exerce actividades *offshore* no outro Estado Contratante quando exerce actividades no outro Estado através de um estabelecimento estável ou de uma instalação fixa aí situado.

4 — O disposto no n.º 3 não se aplica quando as actividades *offshore* sejam exercidas por um período ou períodos que não excedam, no total, 30 dias em qualquer período de 12 meses. Para efeitos deste número:

- a) As actividades *offshore* desenvolvidas por uma pessoa associada a uma outra pessoa presume-se desenvolvidas pela primeira pessoa se as actividades em questão são substancialmente as mesmas que as desenvolvidas pela pessoa primeiramente mencionada, excepto na medida em que tais actividades sejam desenvolvidas ao mesmo tempo que as suas próprias actividades;
- b) Considera-se que uma pessoa está associada a outra pessoa se uma delas for controlada, directa ou indirectamente, pela outra ou se ambas forem controladas, directa ou indirectamente, por uma terceira ou terceiras pessoas.

5 — Os salários, vencimentos e outras remunerações similares auferidos por um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego relacionado com actividades *offshore* no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado desde que o emprego seja exercido na zona *offshore* desse outro Estado. Contudo, essas remunerações só serão tributadas no Estado primeiramente mencionado se o emprego for exercido para um empregador que não seja residente do outro Estado e por um período ou períodos que não excedam, no total, 30 dias em qualquer período de 12 meses.

6 — Os ganhos auferidos por um residente de um Estado Contratante pela alienação de:

- a) Direitos de prospecção ou exploração; ou
- b) Bens situados no outro Estado Contratante que são usados em conexão com as actividades *offshore* exercidas nesse outro Estado; ou
- c) Acções cujo valor ou a maior parte do seu valor deriva, directa ou indirectamente, desses direitos ou desses bens, conjuntamente;

podem ser tributados nesse outro Estado.

Para efeitos deste número, a expressão «direitos de prospecção ou de exploração» significa os direitos a bens que venham a ser produzidos pelas actividades *offshore* exercidas no outro Estado Contratante ou a interesses ou benefícios conexos com esses bens.

Artigo 23.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante e, donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável nele

situado, ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou o bem em relação ao qual o rendimento é pago efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante não tratados nos artigos anteriores desta Convenção e que provenham do outro Estado Contratante também podem ser tributados nesse outro Estado.

Artigo 24.º

Eliminação da dupla tributação

A dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

1) Em Portugal:

- a) Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Letónia, Portugal deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago na Letónia. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Letónia;
- b) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de Portugal for isento de imposto neste Estado, Portugal poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento;

2) Na Letónia:

- a) Quando um residente da Letónia obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados em Portugal, a não ser que um tratamento mais favorável esteja estabelecido no seu direito interno, a Letónia deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago em Portugal. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento na Letónia, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados em Portugal;
- b) Para efeitos da alínea anterior, quando uma empresa residente da Letónia receber dividendos de uma empresa residente em Portugal na qual detenha pelo menos 10% das suas acções a que correspondem direitos totais de voto, o imposto pago em Portugal incluirá não só o imposto pago sobre os dividendos mas, também, a fracção equivalente do imposto incidente sobre os lucros da empresa de que os dividendos foram pagos.

Artigo 25.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquela a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — Os apátridas residentes de um Estado Contratante não ficarão sujeitos num Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquela a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência.

3 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 7 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *royalties* ou outras importâncias pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis nas mesmas condições para efeitos da determinação do lucro tributável dessa empresa, como se fossem pagos a um residente do Estado primeiramente mencionado.

5 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquela a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

6 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 26.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 25.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que

der causa à tributação não conforme com o disposto na presente Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com o disposto na presente Convenção. O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver através de acordo amigável as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou aplicação da Convenção. Poderão também consultar-se, a fim de eliminar a dupla tributação em casos não previstos pela Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 27.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a esses impostos, ou da decisão de recursos referentes a esses impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser utilizadas no caso de audiências públicas de tribunais ou de sentenças judiciais.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, empresariais, industriais ou profissionais, ou de processos comerciais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 28.º

Limitação de benefícios

As disposições da presente Convenção não podem ser interpretadas no sentido de obrigarem um Estado Contratante a conceder os benefícios decorrentes desta Convenção a qualquer pessoa que seja residente do outro Estado Contratante se, de acordo com as autoridades competentes de ambos os Estados Contratantes, o gozo desses benefícios constituir um abuso dos princípios gerais da Convenção.

Artigo 29.º

Agentes diplomáticos e funcionários consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os agentes diplomáticos ou funcionários consulares em virtude das regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

Os Estados Contratantes comunicarão um ao outro o cumprimento dos requisitos constitucionais com vista à entrada em vigor da presente Convenção.

A presente Convenção entrará em vigor na data da última dessas notificações, e as suas disposições produzirão efeitos:

1) Em Portugal:

- a) Nos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- b) Nos demais impostos relativamente aos rendimentos produzidos num ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

2) Na Letónia:

- a) Nos impostos devidos na fonte relativamente às importâncias auferidas em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;
- b) Nos demais impostos sobre o rendimento relativamente aos impostos devidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção.

Artigo 31.º

Denúncia

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção por via diplomática mediante um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil posterior ao período de três anos a contar da data da entrada

em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

1) Em Portugal:

- a) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente após a data em que o período referido no aviso de denúncia expira;
- b) Aos demais impostos relativamente aos rendimentos produzidos num ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente após a data em que o período referido no aviso de denúncia expira;

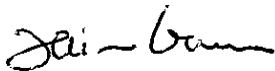
2) Na Letónia:

- a) Aos impostos devidos na fonte relativamente às importâncias auferidas em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao do aviso de denúncia;
- b) Aos demais impostos sobre o rendimento relativamente aos impostos devidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao do aviso de denúncia.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado, em Riga, aos 19 dias do mês de Junho de 2001, nas línguas portuguesa, letã e inglesa, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de interpretação divergente, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Letónia:



PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Letónia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os signatários acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção.

Ad artigo 2.º, n.º 2

Entende-se que os impostos sobre os montantes totais de vencimentos ou salários pagos por empresas serão igualmente considerados como impostos sobre o rendimento, mas que as contribuições para a segurança social ou qualquer outro encargo similar não serão considerados como impostos sobre o rendimento.

Ad artigo 4.º, n.º 3

1 — Entende-se que enquanto o acordo entre as autoridades competentes não tiver sido alcançado essa pessoa não tem direito a reclamar quaisquer benefícios estabelecidos por esta Convenção. O acordo alcançado será implementado de acordo com as disposições do artigo 26.º

2 — Entende-se que as disposições do n.º 3 são aplicáveis, na medida em que o critério do local de direcção efectiva para a determinação da residência não seja utilizado nos termos do direito interno da Letónia. No caso da introdução desse critério, as autoridades competentes da Letónia informarão as autoridades competentes de Portugal logo que esse critério seja introduzido e a disposição seguinte será aplicável em vez das disposições do n.º 3, logo que possível, em data a determinar pelas autoridades competentes:

«3 — Quando, por causa das disposições do n.º 1, uma pessoa que não seja uma pessoa singular seja residente de ambos os Estados Contratantes, então será considerada residente do Estado em que se situar o seu local de direcção efectiva.»

Ad artigo 6.º

1 — Entende-se que as disposições deste artigo também se aplicam a rendimentos de bens móveis ou de serviços conexos com o uso dos bens imóveis que, nos termos da legislação tributária do Estado Contratante em que os bens imóveis em questão estão situados, são assimilados a rendimentos provenientes de bens imóveis.

2 — No que diz respeito ao n.º 3 deste artigo, os Estados Contratantes entendem que todos os rendimentos e ganhos provenientes da alienação de bens imóveis situados num Estado Contratante podem ser tributados nesse Estado, de acordo com o artigo 13.º desta Convenção.

Ad artigo 7.º

No respeitante ao n.º 3 deste artigo, e sem alterar o princípio geral nele estabelecido, a expressão «despesas realizadas para efeitos do estabelecimento estável» significa as despesas dedutíveis directamente relacionadas com a actividade empresarial do estabelecimento estável.

Ad artigo 10.º

No respeitante ao n.º 3 deste artigo, a expressão «dividendos» inclui, igualmente, os lucros atribuídos ao abrigo de um acordo de participação nos lucros (no caso de Portugal, associação em participação).

Ad artigo 13.º, n.º 3

Entende-se que as disposições do n.º 3 do artigo 13.º serão aplicáveis somente a ganhos provenientes de uma empresa operando com barcos ou aeronaves no tráfego internacional.

Ad artigo 26.º

Entende-se que nada no n.º 3 poderá ser interpretado de modo a impor às autoridades competentes de um Estado Contratante a obrigação de eliminar a dupla tributação em casos não contemplados pela Convenção.

Ad artigo 28.º

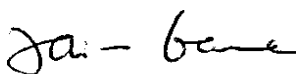
Entende-se que a expressão «abuso dos princípios gerais da Convenção» pode incluir uma situação em

que os benefícios da Convenção sejam concedidos por um Estado Contratante relativamente a um elemento do rendimento com fonte nesse Estado que não está sujeito a tributação no outro Estado Contratante ou está sujeito a tributação a uma taxa consideravelmente mais baixa do que a taxa geralmente aplicável nesse outro Estado.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feito em duplicado, em Riga, aos 19 dias do mês de Junho de 2001, nas línguas portuguesa, letã e inglesa, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de interpretação divergente, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Letónia:



PORTUGĀLES REPUBLIKAS UN LATVIJAS REPUBLIKAS KONVENCIJA PAR NODOKĻU DUBULTĀS UZLIKŠANAS UN NODOKĻU NEMAKSĀŠANAS NOVĒRŠANU ATTIECĪBĀ UZ IENĀKUMA NODOKĻIEM.

Portugāles Republika un Latvijas Republika, apliecinādamas vēlēšanos noslēgt Konvenciju par nodokļu dubultās uzlikšanas un nodokļu nemaksāšanas novēršanu attiecībā uz ienākuma nodokļiem, vienojas:

1.pants

Personas, uz kurām attiecas Konvencija

Šī Konvencija attiecas uz personām, kas ir vienas vai abu Līgumslēdzēju Valstu rezidenti.

2.pants

Nodokļi, uz kuriem attiecas Konvencija

1 — Šī Konvencija piemērojama attiecībā uz ienākuma nodokļiem, kuri tiek uzlikti Līgumslēdzējas Valsts vai tās politiskās vai administratīvās vienības, vai pašvaldības labā neatkarīgi no šo nodokļu uzlikšanas veida.

2 — Par ienākuma nodokļiem uzskatāmi visi nodokļi, ar kuriem apliek kopējo ienākumu vai ienākuma daļu, tajā skaitā nodokļi, ar kuriem tiek aplikts kapitāla pieaugums no kustamā vai nekustamā īpašuma atsavināšanas, tāpat arī nodokļi no kapitāla vērtības pieauguma.

3 — Esošie nodokļi, uz kuriem attiecas Konvencija, konkrēti ir:

a) Portugālē:

- i) Iedzīvotāju ienākuma nodoklis (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii) Uzņēmumu ienākuma nodoklis (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC);

iii) Uzņēmumu ienākuma nodokļa vietējais papildnodoklis (derrama);

(turpmāk — Portugāles nodokļi);

b) Latvijā:

- i) Uzņēmumu ienākuma nodoklis;
- ii) Iedzīvotāju ienākuma nodoklis;

(turpmāk — Latvijas nodokļi).

4 — Šī Konvencija piemērojama arī visiem identiskiem vai pēc būtības līdzīgiem nodokļiem, kuri, papildinot vai aizstājot esošos nodokļus, tiks ieviesti Līgumslēdzējā Valstī pēc šīs Konvencijas parakstīšanas datuma. Abu Līgumslēdzēju Valstu kompetentajām iestādēm ir savstarpēji jāinformē vienai otra par jebkuriem būtiskiem grozījumiem šo valstu attiecīgajos nodokļu likumdošanas aktos.

3.pants

Vispārīgās definīcijas

1 — Ja no konteksta nav izsecināms citādi, tad šajā Konvencijā:

- a) Jēdziens «Portugāle» nozīmē Portugāles Republikas teritoriju Eiropā, Azoru un Madeiras arhipelāgus, attiecīgos teritoriālos ūdeņus, kā arī jebkuru citu apgabalu, kur Portugāles Republika saskaņā ar iekšzemes likumdošanas aktiem un starptautiskajām tiesībām īsteno savu jurisdikciju vai suverēnās tiesības attiecībā uz jūras un zemes dziļu un virs tām esošo ūdeņu dabas resursu izpēti un izmantošanu;
- b) Jēdziens «Latvija» nozīmē Latvijas Republiku un, lietots ģeogrāfiskā nozīmē, apzīmē Latvijas Republikas teritoriju un jebkuru citu Latvijas Republikas teritoriālajiem ūdeņiem piegulošu teritoriju, kurā saskaņā ar Latvijas likumdošanas aktiem un starptautiskajām tiesībām var tikt īstenotas Latvijas tiesības uz jūras un zemes dziļēm un tur esošajiem dabas resursiem;
- c) Jēdzieni «Līgumslēdzēja Valsts» un «otra Līgumslēdzēja Valsts» atkarībā no konteksta nozīmē Portugāli vai Latviju;
- d) Jēdziens «persona» nozīmē fizisko personu, sabiedrību un jebkuru citu personu apvienību;
- e) Jēdziens «sabiedrība» nozīmē jebkuru korporatīvu personu apvienību vai jebkuru vienību, kas nodokļu aplikšanas nolūkos tiek uzskatīta par korporatīvu personu apvienību;
- f) Jēdzieni «Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums» un «otras Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums» attiecīgi nozīmē uzņēmumu, ko vada Līgumslēdzējas Valsts rezidents, un uzņēmumu, ko vada citas Līgumslēdzējas Valsts rezidents;
- g) Jēdziens «starptautiskā satiksme» nozīmē jebkurus pārvadājumus ar jūras vai gaisa transportu, ko veic Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums, izņemot tos gadījumus, kad jūras vai gaisa transporta līdzekļi pārvietojas vienīgi otras Līgumslēdzējas Valsts iekšienē;
- h) Jēdziens «kompetentās iestādes» nozīmē:
 - i) Portugālē — finansu ministru, nodokļu ģenerāldirektoru (director-geral dos Impostos) vai to pilnvarotos pārstāvjus;

ii) Latvijā — Finanšu ministriju vai tās pilnvaroto pārstāvi;

i) Jēdziens «pilsonis» nozīmē:

- i) Ikvienu fizisku personu, kurai ir Līgumslēdzējas Valsts pilsonība;
- ii) Ikvienu juridisku personu, līgumsabiedrību, asociāciju vai citu vienību, kuru statuss izriet no spēkā esošajiem Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktiem.

2 — Šīs Konvencijas piemērošanai jebkurā laikā Līgumslēdzēja Valsts lietos jebkuru jēdzienu, kas šeit nav definēts, ja no konteksta neizriet citādi, tikai tādā nozīmē, kādā tas lietots tajā laikā šīs Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktos attiecībā uz nodokļiem, uz kuriem attiecas šī Konvencija, turklāt jebkuram jēdziena skaidrojumam saskaņā ar šīs valsts piemērojamajiem nodokļu likumdošanas aktiem būs prioritāte pār šī jēdziena skaidrojumu saskaņā ar citiem šīs valsts likumdošanas aktiem.

4.pants

Rezidents

1 — Šajā Konvencijā jēdziens «Līgumslēdzējas Valsts rezidents» nozīmē jebkuru personu, kas saskaņā ar šīs valsts likumdošanas aktiem ir pakļauta aplikšanai ar nodokļiem, pamatojoties uz tās pastāvīgo dzīvesvietu, rezidenci, vadības atrašanās vietu, inkorporācijas (reģistrācijas) vietu vai atbilstoši jebkuram citam līdzīga rakstura kritērijam, un ietver arī šo valsti un jebkuru politisko vai administratīvo vienību vai pašvaldību. Tomēr šis jēdziens neietver tās personas, kurām šajā valstī tiek uzlikti nodokļi tikai attiecībā uz to ienākumiem no šajā valstī esošajiem peļņas avotiem.

2 — Ja saskaņā ar 1.punkta noteikumiem fiziskā persona ir abu Līgumslēdzēju Valstu rezidents, tās statusu nosaka šādi:

- a) Šī persona tiks uzskatīta par rezidentu tikai tajā valstī, kurā atrodas tās pastāvīgā dzīvesvieta; ja tās pastāvīgā dzīvesvieta ir abās valstīs, šī persona tiks uzskatīta tikai par tās valsts rezidentu, ar kuru tai ir ciešākas personiskās un ekonomiskās attiecības (vitālo interešu centrs);
- b) Ja nav iespējams noteikt valsti, kurā šai personai ir vitālo interešu centrs, vai arī tai nav pastāvīgas dzīvesvietas nevienā no abām valstīm, šī persona tiks uzskatīta tikai par tās valsts rezidentu, kas tai ir ierastā mītnes zeme;
- c) Ja šai personai ierastā mītnes zeme ir abas valstis vai nav neviena no tām, tā tiks uzskatīta tikai par tās valsts rezidentu, kuras pilsonis ir šī persona;
- d) Ja šī persona ir abu valstu pilsonis vai nav nevienas šīs valsts pilsonis, Līgumslēdzēju Valstu kompetentās iestādes izšķir šo jautājumu, savstarpēji vienojoties.

3 — Ja saskaņā ar 1.punkta noteikumiem persona, kas nav fiziskā persona, ir abu Līgumslēdzēju Valstu rezidents, Līgumslēdzēju Valstu kompetentās iestādes atrisina šo jautājumu savstarpējas vienošanās ceļā un nosaka šīs Konvencijas piemērošanas kārtību šādai personai.

5.pants

Pastāvīgā pārstāvniecība

1 — Šajā Konvencijā jēdziens «pastāvīgā pārstāvniecība» nozīmē noteiktu vietu, kur uzņēmums pilnīgi vai daļēji veic uzņēmējdarbību.

2 — Jēdziens «pastāvīgā pārstāvniecība» ietver:

- a) Uzņēmuma vadības atrašanās vietu;
- b) Filiāli;
- c) Kantori;
- d) Fabriku;
- e) Darbnīcu; un
- f) Šahtu, naftas vai gāzes ieguves vietu, akmeņlauztuves vai jebkuru citu dabas resursu ieguves vietu.

3 — Būvlaukums, celtniecības, montāžas vai instalācijas projekts vai ar tiem saistītā pārraudzības darbība tiks uzskatīta par pastāvīgo pārstāvniecību tikai tad, ja šie būvdarbi, projekts vai darbība notiek ilgāk par deviņiem mēnešiem.

4 — Neatkarīgi no šī panta iepriekšējo punktu noteikumiem jēdziens «pastāvīgā pārstāvniecība» neietver:

- a) Ēku un iekārtu izmantošanu tikai un vienīgi uzņēmumam piederošo preču vai izstrādājumu uzglabāšanai, demonstrēšanai vai piegādēm;
- b) Uzņēmumam piederošos preču vai izstrādājumu krājumus, kas paredzēti tikai un vienīgi uzglabāšanai, demonstrēšanai vai piegādēm;
- c) Uzņēmumam piederosos preču vai izstrādājumu krājumus, kas paredzēti tikai un vienīgi pārstrādei citā uzņēmumā;
- d) Pastāvīgu darbības vietu, kas paredzēta tikai un vienīgi preču vai izstrādājumu iepirkšanai vai informācijas vākšanai uzņēmuma vajadzībām;
- e) Pastāvīgu darbības vietu, kas paredzēta tikai un vienīgi, lai veiktu jebkādu citu priekšdarbu vai palīgdarbību uzņēmuma labā;
- f) Pastāvīgu darbības vietu, kas paredzēta tikai un vienīgi, lai nodarbotos ar a) līdz e) apakšpunktā minētajām darbībām jebkādā to kombinācijā, ja kopējam darbības veidam ir sagatavošanas vai palīgdarbības raksturs.

5 — Neatkarīgi no 1.un 2.punkta noteikumiem, ja persona, kas nav 6.punktā minētais neatkarīga statusa aģents, darbojas uzņēmuma labā un tai ir piešķirtas pilnvaras noslēgt līgumus uzņēmuma vārdā, un tā Līgumslēdzējā Valstī parasti izmanto šīs pilnvaras, tad tiek uzskatīts, ka šis uzņēmums izmanto pastāvīgo pārstāvniecību šajā Līgumslēdzējā Valstī attiecībā uz jebkuru šīs personas uzņēmuma labā veikto darbību, izņemot, ja šī persona veic 4.punktā minēto darbību, kura, notiekot pastāvīgajā darbības vietā, nevar tikt uzskatīta par pastāvīgo pārstāvniecību saskaņā ar 4.punkta noteikumiem.

6 — Tiks uzskatīts, ka uzņēmumam nav pastāvīgas pārstāvniecības Līgumslēdzējā Valstī, ja uzņēmums veic uzņēmējdarbību šajā valstī, vienīgi izmantojot brokeri, tirdzniecības aģentu vai jebkuru citu neatkarīga statusa aģentu, ar nosacījumu, ka šīs personas veic savu parasto uzņēmējdarbību.

7 — Fakts, ka sabiedrība — Līgumslēdzējas Valsts rezidents kontrolē sabiedrību, kura ir otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents vai kura veic uzņēmējdarbību šajā otrā valstī (izmantojot pastāvīgo pārstāvniecību vai kādā citā veidā), vai ir pakļauta šādas sabiedrības kontrolei,

pats par sevi nepārvērs vienu no šīm sabiedrībām par otras sabiedrības pastāvīgo pārstāvniecību.

6.pants

Ienākums no nekustamā īpašuma

1 — Ienākumu, ko Līgumslēdzējas Valsts rezidents gūst no nekustamā īpašuma (arī ienākumu no lauksaimniecības un mežkopības), kas atrodas otrā Līgumslēdzējā Valstī, var, aplikt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Jēdzianam «nekustamais īpašums» būs tāda nozīme; kāda tam ir tās Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktos, kurā atrodas minētais īpašums. Jebkurā gadījumā šis jēdziens ietver īpašumu, kas ir piederīgs nekustamajam īpašumam, mājlopus un iekārtas, ko izmanto lauksaimniecībā un mežkopībā, tiesības, uz kurām attiecas zemes īpašuma tiesību vispārējo likumdošanas aktu noteikumi, jebkuras nekustamā īpašuma pirkšanas tiesību izmantošanas tiesības vai līdzīgas tiesības iegūt nekustamo īpašumu, nekustamā īpašuma uzufuktu un tiesības uz mainīga lieluma vai pastāvīgiem maksājumiem par tiesībām izmantot derīgos izrakteņus, dabas atradnes un citus dabas resursus vai par to izmantošanu. Par nekustamo īpašumu netiks uzskatīti kuģi un lidmašīnas.

3 — 1. punkta noteikumi tiks piemēroti attiecībā uz ienākumu no nekustamā īpašuma tiešas izmantošanas, izīrēšanas vai izmantošanas citā veidā.

4 — Ja sabiedrības akcijas vai citas korporatīvās tiesības dod to īpašniekam tiesības uz sabiedrības nekustamā īpašuma izmantošanu, tad ienākumu no šo tiesību tiešas izmantošanas, iznomāšanas vai lietošanas jebkādā citā veidā var aplikt ar nodokļiem tajā Līgumslēdzējā Valstī, kurā atrodas šis nekustamais īpašums.

5 — 1., 3. un 4.punkta noteikumi tiks piemēroti arī attiecībā uz ienākumu no uzņēmuma nekustamā īpašuma, kā arī attiecībā uz ienākumu no nekustamā īpašuma, ko izmanto neatkarīgu individuālu pakalpojumu sniegšanai.

7.pants

Uzņēmējdarbības peļņa

1 — Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma peļņa tiks aplikta ar nodokļiem tikai šajā valstī, izņemot, ja uzņēmums veic uzņēmējdarbību otrā Līgumslēdzējā, Valstī, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību. Ja uzņēmums veic uzņēmējdarbību minētajā veidā, uzņēmuma peļņu var aplikt ar nodokļiem otrā valstī, bet tikai to peļņas daļu, ko var attiecināt uz šo pastāvīgo pārstāvniecību.

2 — Saskaņā ar 3.punkta noteikumiem, ja Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums veic uzņēmējdarbību otrā Līgumslēdzējā Valstī, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību, katrā Līgumslēdzējā Valstī uz šo pastāvīgo pārstāvniecību attiecināms tāds peļņas daudzums, kādu tā varētu gūt, ja nepārprotami būtu atsevišķs uzņēmums, kas veic vienādu vai līdzīgu uzņēmējdarbību vienādos vai līdzīgos apstākļos un darbojas pilnīgi neatkarīgi no uzņēmuma, kurš izmanto šo pastāvīgo pārstāvniecību.

3 — Nosakot pastāvīgās pārstāvniecības peļņu Līgumslēdzējā Valstī, tiks atļauta pastāvīgās pārstāvniecības izdevumu, ietverot pārstāvniecības operatīvos un vispārējos administratīvos izdevumus, kas radušies vai nu valstī, kur atrodas pastāvīgā pārstāvniecība, vai citur, atskaitīšana no summas, kuru aplikta ar nodokļiem.

4 — Ja Līgumslēdzējā Valstī peļņu, kas attiecināma uz pastāvīgo, pārstāvniecību, nosaka, sadalot uzņēmuma kopīgo peļņu proporcionāli starp tā struktūrvienībām, 2.punkts neaizliedz Līgumslēdzējai Valstij kā parasti noteikt aplikamās peļņas daļu pēc šī principa; tomēr šo sadales metodi piemēro tā, lai rezultāts atbilstu šajā pantā ietvertajiem principiem.

5 — Uz pastāvīgo pārstāvniecību netiks attiecināta peļņa tikai tāpēc vien, ka tā ir iegādājusies preces vai izstrādājumus sava uzņēmuma vajadzībām.

6 — Lai piemērotu iepriekšējo punktu noteikumus, peļņu, ko attiecinā uz pastāvīgo pārstāvniecību, katru gadu nosaka ar vienu un to pašu metodi, izņemot, ja ir pietiekams iemesls rīkoties citādi.

7 — Ja peļņā ir ietverti citos šīs Konvencijas pantos atsevišķi aplūkoti ienākuma veidi, šī panta noteikumi neietekmēs šo citu pantu noteikumus.

8.pants

Kuģniecība un gaisa transporta

1 — Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma peļņa no jūras vai gaisa transporta līdzekļu izmantošanas starptautiskajā satiksmē tiks aplikta ar nodokļiem tikai šajā valstī.

2 — 1. punkta noteikumi attiecas arī uz peļņu, kas gūta no piedalīšanās pulā, kopējā uzņēmējdarbībā vai starptautiskās satiksmes transporta aģentūrā.

3 — Ja dažādu valstu sabiedrības vienojas veikt kopīgu gaisa transporta satiksmi konsorcijs formā, tad 1.punkta noteikumi ir piemērojami šāda konsorcijs peļņai tikai attiecībā uz to peļņas daļu, kas atbilst sabiedrības, kas ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, līdzdalībai šajā konsorcijs.

9.pants

Saistītie uzņēmumi

1 — Ja:

- a) Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums tieši vai netieši piedalās otras Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma vadībā vai kontrolē vai tam pieder daļa no šī uzņēmuma kapitāla, vai
- b) Vienas un tās pašas personas tieši vai netieši piedalās Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma vadībā vai kontrolē vai tām pieder daļa kapitāla šajā uzņēmumā un vienlaikus tās tieši vai netieši piedalās otras Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma vadībā vai kontrolē vai tām pieder daļa otras valsts uzņēmuma kapitāla,

un jebkurā no šiem gadījumiem šo divu uzņēmumu komerciālās vai finansu attiecības tiek veidotas vai nodibinātas pēc noteikumiem, kas atšķiras no tiem noteikumiem, kuri būtu spēkā starp diviem neatkarīgiem (savstarpēji nesaistītiem) uzņēmumiem, tad jebkura peļņa, kas veidotos vienam no uzņēmumiem, bet iepriekšminēto noteikumu ietekmē nav izveidojusies, var tikt iekļauta šī uzņēmuma peļņā un atbilstoši aplikta ar nodokļiem.

2 — Ja Līgumslēdzēja Valsts iekļauj šis valsts uzņēmuma peļņā (un attiecīgi aplikta ar nodokļiem) to peļņu, attiecībā uz kuru otrā valstī otras Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums ir ticis aplikts ar nodokļiem, un šī iekļautā peļņa ir tāda peļņa, kuru būtu guvis pirmās Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums, ja attiecības starp šiem diviem uzņēmumiem būtu bijušas tādas, kādas pastāvētu starp diviem neatkarīgiem uzņēmumiem, tad otra valsts

veic atbilstošas korektīvas attiecībā uz nodokļa lielumu, ar kuru tiek aplikta šī peļņa otrā valstī, ja šī otrā valsts korektīvu veikšanu uzskata par pamatotu. Nosakot šīs korektīvas, ņem vērā citus šīs Konvencijas noteikumus un, ja nepieciešams, rīko Līgumslēdzēju Valstu kompetento iestāžu konsultācijas.

10.pants

Dividendes

1 — Dividendes, ko sabiedrība — Līgumslēdzējas Valsts rezidents izmaksā otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentam, var aplikt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Tomēr šīs dividendes var arī aplikt ar nodokļiem atbilstoši attiecīgās valsts likumdošanas aktiem tajā Līgumslēdzējā Valstī, kuras rezidents ir sabiedrība, kas izmaksā dividendes, bet, ja šo dividenžu īstenais īpašnieks ir otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents, nodoklis nedrīkst pārsniegt 10 procentus no dividenžu kopapjoma.

Šis punkts neietekmēs sabiedrības aplikšanu ar nodokļiem attiecībā uz peļņu, no kuras izmaksā dividendes.

3 — Jēdziens «dividendes» šajā pantā nozīmē ienākumu no akcijām vai citām tādām tiesībām piedalīties peļņas sadalē, kuras nav parāda prasības, kā arī ienākumu no citām tiesībām, kas saskaņā ar tās valsts likumdošanas aktiem, kuras rezidents ir sabiedrība, kas veic so peļņas sadali, ir pakļauts tādai pašai aplikšanai ar nodokļiem kā ienākums no akcijām.

4 — 1.un 2.punkta noteikumus nepiemēro, ja dividenžu īstenais īpašnieks, kurš ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, veic uzņēmējdarbību otrā Līgumslēdzējā Valstī, kuras rezidents ir sabiedrība, kas izmaksā dividendes, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību, vai arī sniedz neatkarīgus individuālos pakalpojumus šajā otrā valstī, izmantojot tajā izvietoto pastāvīgo bāzi, un ja līdzdalība, par kuru tiek izmaksātas dividendes, ir faktiski saistīta ar šo pastāvīgo pārstāvniecību vai pastāvīgo bāzi. Šajā gadījumā atkarībā no apstākļiem piemēro 7. vai 14.panta noteikumus.

5 — Ja sabiedrība — Līgumslēdzējas Valsts rezidents gūst peļņu vai ienākumus no otras Līgumslēdzējas Valsts, šī otra valsts nedrīkst nedz aplikt ar jebkādu nodokli šīs sabiedrības izmaksātās dividendes, izņemot, ja dividendes tiek izmaksātas otras valsts rezidentam vai līdzdalība, par kuru tiek izmaksātas dividendes, ir faktiski saistīta ar pastāvīgo pārstāvniecību vai pastāvīgo bāzi, kas atrodas otrā valstī; nedz arī aplikt ar nesadalītās peļņas nodokli sabiedrības nesadalīto peļņu pat tad, ja izmaksātās dividendes vai nesadalītā peļņa pilnīgi vai daļēji sastāv no otrā valstī gūtās peļņas vai ienākuma.

11.pants

Procenti

1 — Procentus, kas rodas Līgumslēdzējā Valstī un tiek izmaksāti otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentam, var aplikt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Tomēr šos procentus var arī aplikt ar nodokļiem atbilstoši attiecīgās valsts likumdošanas aktiem tajā Līgumslēdzējā Valstī, kurā tie rodas, bet, ja šo procentu īstenais īpašnieks ir otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents, tad nodoklis nedrīkst pārsniegt 10 procentus no šo procentu kopapjoma.

3 — Neatkarīgi no 2. punkta noteikumiem procenti, kas rodas vienā Līgumslēdzējā Valstī un kuru saņēmējs

un īstenais īpašnieks ir otras Līgumslēdzējas Valsts valdība, tajā skaitā tās politiskās vai administratīvās vienības un pašvaldības, centrālā banka vai jebkura cita šai valdībai pilnīgi piederoša finansu institūcija, kā arī procenti, kas saņemti par otras valsts valdības garantētajiem aizdevumiem, netiks aplikti ar nodokļiem pirmajā minētajā valstī.

4 — Šajā pantā jēdziens “procenti” nozīmē ienākumu no jebkāda veida parāda prasībām neatkarīgi no tā, vai tās ir vai nav nodrošinātas ar hipotēku un vai tām ir vai nav tiesības piedalīties parādnieka peļņas sadalē, un it īpaši ienākumu no valdības vērtspapīriem un ienākumu no obligācijām vai parādzīmēm, tajā skaitā prēmijas un balvas, kas piederīgas šiem vērtspapīriem, obligācijām vai parādzīmēm. Jēdziens “procenti” neietver jebkādu ienākumu, kas tiek uzskatīts par dividendēm saskaņā ar 10.panta noteikumiem. Soda naudas, kas saņemtas par laikā neveiktajiem maksājumiem, netiks uzskatītas par procentiem šī panta noteikumu piemērošanai.

5 — 1., 2. un 3.punkta noteikumi netiks piemēroti, ja procentu īstenais īpašnieks, kas ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, veic uzņēmējdarbību otrā Līgumslēdzējā Valstī, kurā šie procenti rodas, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību, vai arī sniedz neatkarīgus individuālos pakalpojumus šajā otrā valstī, izmantojot tajā izvietoto pastāvīgo bāzi, un parāda prasības, uz kuru pamata tiek maksāti procenti, ir faktiski saistītas ar šo pastāvīgo pārstāvniecību vai pastāvīgo bāzi. Šajā gadījumā atkarībā no apstākļiem piemēro 7. vai 14.panta noteikumus.

6 — Ja procentu maksātājs ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, tiks uzskatīts, ka procenti rodas šajā valstī. Tomēr, ja persona, kas izmaksā procentus neatkarīgi no tā, vai šī persona ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents vai nav, izmanto Līgumslēdzējā Valstī esošo pastāvīgo pārstāvniecību vai tur izvietoto pastāvīgo bāzi, sakarā ar kuru radušās parādu saistības, par kurām tiek maksāti procenti, un šos procentus izmaksā (sedz) pastāvīgā pārstāvniecība vai pastāvīgā bāze, tiks uzskatīts, ka šie procenti rodas tajā valstī, kurā atrodas pastāvīgā pārstāvniecība vai pastāvīgā bāze.

7 — Ja, pamatojoties uz īpašām attiecībām starp procentu maksātāju un procentu īsteno īpašnieku vai starp viņiem abiem un kādu citu personu, procentu summa, kas attiecas uz parāda prasībām, uz kuru pamata tā tiek izmaksāta, pārsniedz summu, par kādu būtu varējuši vienoties procentu maksātājs un procentu īstenais īpašnieks, ja starp viņiem nebūtu minēto īpašo attiecību, tad šī panta noteikumi tiks piemēroti tikai attiecībā uz pēdējo minēto summu. Atlikusī maksājumu daļa apliekama ar nodokļiem atbilstoši katras Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktiem ar nosacījumu, ka tiek ievēroti pārējie šīs Konvencijas noteikumi.

12.pants

Autoratlīdzība

1 — Autoratlīdzību, kas rodas Līgumslēdzējā Valstī un tiek izmaksāta otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentam, var aplikt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Tomēr šo autoratlīdzību var arī aplikt ar nodokļiem atbilstoši attiecīgās valsts likumdošanas aktiem tajā Līgumslēdzējā Valstī, kurā tā rodas, bet, ja autoratlīdzības īstenais īpašnieks ir otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents, nodoklis nedrīkst pārsniegt 10 procentus no autoratlīdzības kopapjoma.

3 — Jēdziens «autoratlīdzība» šajā pantā nozīmē jebkāda veida maksājumus, ko saņem kā kompensāciju par jebkuru autortiesību izmantošanu vai par tiesībām izmantot jebkuras autortiesības uz literāru, mākslas vai zinātnisku darbu (tajā skaitā kinofilmas un filmas vai ierakstus, vai citus attēla vai skaņas reprodukcijas līdzekļus radio vai televīzijas pārraidēm), uz jebkuru patentu, firmas zīmi, dizainu vai modeli, plānu, slepenu formulu vai procesu, vai par ražošanas, komerciālo vai zinātnisko iekārtu izmantošanu vai par tiesībām tās izmantot, vai par informāciju attiecībā uz ražošanas, komerciālu vai zinātnisku pieredzi.

4 — 1. un 2.punkta nosacījumi netiks piemēroti, ja autoratlīdzības īstais īpašnieks, kas ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, veic uzņēmējdarbību otrā Līgumslēdzējā Valstī, kurā rodas autoratlīdzība, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību, vai arī sniedz neatkarīgus individuālos pakalpojumus šajā otrā valstī, izmantojot tajā izvietoto pastāvīgo bāzi, un ja tiesības vai īpašums, par kuriem tiek maksāta autoratlīdzība, ir faktiski saistīti ar šo pastāvīgo pārstāvniecību vai pastāvīgo bāzi. Šajā gadījumā atkarībā no apstākļiem piemēro 7. vai 14.panta noteikumus.

5 — Ja autoratlīdzības maksātājs ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, tiks uzskatīts, ka autoratlīdzība rodas šajā valstī. Tomēr, ja persona, kas izmaksā autoratlīdzību neatkarīgi no tā, vai šī persona ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents vai nav, izmanto Līgumslēdzējā Valstī esošo pastāvīgo pārstāvniecību vai tur izvietoto pastāvīgo bāzi, sakarā ar kuru radušās saistības izmaksāt autoratlīdzību, un šo autoratlīdzību izmaksā (sedz) pastāvīgā pārstāvniecība vai pastāvīgā bāze, tiks uzskatīts, ka autoratlīdzība rodas tajā valstī, kurā atrodas pastāvīgā pārstāvniecība vai pastāvīgā bāze.

6 — Ja, parnatojoties uz īpašām attiecībām starp autoratlīdzības maksātāju un autoratlīdzības īsteno īpašnieku vai starp viņiem abiem un kādu citu personu, autoratlīdzības summa, kas attiecas uz izmantošanu, tiesībām vai informāciju, par ko tiek maksāta autoratlīdzība, pārsniedz autoratlīdzības summu, par kādu būtu varējuši vienoties maksātājs un īstais īpašnieks, ja starp viņiem nebūtu minēto īpašo attiecību, tad šī panta noteikumi tiks piemēroti tikai attiecībā uz pēdējo minēto summu. Šajā gadījumā maksājumu daļa, kas pārsniedz šo summu, tiks aplikta ar nodokļiem atbilstoši katras Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktiem ar nosacījumu, ka tiek ievēroti pārējie šīs Konvencijas noteikumi.

13.pants

Kapitāla pieaugums

1 — Kapitāla pieaugumu, ko Līgumslēdzējas Valsts rezidents gūst, atsavinot 6.pantā minēto otrā Līgumslēdzējā Valstī esošo nekustamo īpašumu vai atsavinot tādas sabiedrības akcijas, kuras īpašums galvenokārt sastāv no šāda nekustamā īpašuma, var aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Kapitāla pieaugumu, kurš gūts par kustamā īpašuma, kas ir Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma pastāvīgās pārstāvniecības otrā Līgumslēdzējā Valstī uzņēmējdarbībā izmantojamā īpašuma daļa, atsavināšanu vai par kustamā īpašuma, kas ir piederīgs Līgumslēdzējas Valsts rezidenta pastāvīgajai bāzei otrā Līgumslēdzējā Valstī, kura izveidota neatkarīgo individuālo pakalpojumu sniegšanai, atsavināšanu, tajā skaitā kapitāla pieaugumu no šādas pastāvīgās, pārstāvniecības (atsevišķi vai kopā ar visu uzņēmumu) atsavināšanas vai šādas pastāvīgās

bāzes atsavināšanas, var aplikēt ar nodokļiem otrā Līgumslēdzējā Valstī.

3 — Kapitāla pieaugums, ko Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums gūst par starptautiskajā satiksmē izmantoto jūras vai gaisa transporta līdzekļu atsavināšanu vai par šo jūras vai gaisa transporta līdzekļu izmantošanai piederīgā kustamā īpašuma atsavināšanu, tiks aplikts ar nodokļiem tikai šajā valstī.

4 — Kapitāla pieaugums, kas gūts par jebkura tāda īpašuma atsavināšanu, kas atšķiras no 1., 2. un 3.punktā minētā īpašuma, tiks aplikts ar nodokļiem tikai tajā Līgumslēdzējā Valstī, kuras rezidents ir šī īpašuma atsavinātājs.

14.pants

Neatkarīgie individuālie pakalpojumi

1 — Līgumslēdzējas Valsts rezidenta — fiziskās personas ienākumi, kas gūti, sniedzot profesionālus pakalpojumus vai veicot cita veida neatkarīgu darbību, tiks aplikti ar nodokļiem tikai šajā valstī. Bet šādi ienākumi var tikt aplikti ar nodokļiem arī otrā Līgumslēdzējā Valstī:

- Ja šī persona savas darbības vajadzībām izmanto regulāri pieejamu pastāvīgo bāzi otrā Līgumslēdzējā Valstī, bet tikai tik lielā mērā, kādā šādi ienākumi ir attiecināmi uz šo pastāvīgo bāzi; vai
- Šī persona uzturas otrā Līgumslēdzējā Valstī laika posmu vai laika posmus, kuri kopumā pārsniedz 183 dienas jebkurā divpadsmit mēnešu periodā, kas sākas vai beidzas attiecīgajā tak-sācijas gadā, taču var tikt aplikti tikai tie ienākumi, kas gūti par otrā Līgumslēdzējā Valstī veiktajām darbībām.

2 — Jēdziens “profesionālie pakalpojumi” ietver neatkarīgu zinātnisko, literāro, māksliniecisko, izglītojošo vai pedagoģisko darbību, kā arī ārsta, jurista, inženiera, arhitekta, zobārsta un grāmatveža neatkarīgu darbību.

15.pants

Atkarīgie individuālie pakalpojumi

1 — Saskaņā ar 16., 18., 19., 20. un 21.panta noteikumiem darba alga, samaksa un cita līdzīga veida atlīdzība, ko Līgumslēdzējas Valsts rezidents saņem par algotu darbu, tiks ar nodokļiem tikai šajā valstī, ja vien algotais darbs netiek veikts otrā Līgumslēdzējā Valstī. Ja algotais darbs tiek veikts otrā Līgumslēdzējā Valstī, par to saņemto atlīdzību var aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Neatkarīgi no 1.punkta noteikumiem atlīdzība, kuru Līgumslēdzējas Valsts rezidents saņem par otrā Līgumslēdzējā Valstī veiktu algotu darbu, tiks aplikta ar nodokļiem tikai pirmajā minētajā valstī, ja:

- Atlīdzības saņēmējs ir atradies otrā valstī laika posmu vai laika, posmus, kurš kopumā nepārsniedz 183 dienas jebkurā divpadsmit mēnešu periodā, kas sākas vai beidzas attiecīgajā tak-sācijas gadā;
- Atlīdzību maksā darba devējs, kas nav otras valsts rezidents, vai cita persona tāda darba devēja vārdā; un
- Atlīdzību neizmaksā (nesedz) pastāvīgā pārstāvniecība vai pastāvīgā bāze, ko darba devējs izmanto otrā valstī.

3 — Neatkarīgi no šī panta iepriekšējo punktu noteikumiem atlīdzību, ko saņem par algotu darbu, kas tiek veikts uz Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma starptautiskajā satiksmē izmantota jūras vai gaisa transporta līdzekļa, var aplikēt ar nodokļiem šajā Līgumslēdzējā Valstī.

16.pants

Direktoru atalgojums

Direktoru atalgojumu un citu līdzīgu atlīdzību, ko saņem Līgumslēdzējas Valsts rezidents kā direktoru padomes vai citas līdzīgas institūcijas loceklis sabiedrībā, kas ir otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents, var aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

17.pants

Mākslinieki un sportisti

1 — Neatkarīgi no 14. un 15.panta noteikumiem ienākumu, ko gūst Līgumslēdzējas Valsts rezidents kā izpildītājmākslinieks, piemēram, kā teātra, kino, radio vai televīzijas aktieris, mūziķis vai arī kā sportists par savu individuālo darbību otrā Līgumslēdzējā Valstī, var aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

2 — Ja mākslinieka vai sportista ienākums par viņa individuālo darbību attiecīgajā jomā tiek maksāts nevis pašam māksliniekam vai sportistam, bet citai personai, šo ienākumu neatkarīgi no 7., 14. un 15.panta noteikumiem var aplikēt ar nodokļiem tajā Līgumslēdzējā Valstī, kurā tiek veikta izpildītājmākslinieka vai sportista darbība.

3 — 1. un 2.punkta noteikumi neattiecas uz ienākumiem, kas gūti no darbības, ko Līgumslēdzējā Valstī veic mākslinieks vai sportists, ja viņa apmeklējumu pilnīgi vai galvenokārt atbalsta, no vienas vai abu Līgumslēdzēju Valstu vai tās politisko vai administratīvo vienību, vai pašvaldību līdzekļiem. Šajā gadījumā ienākums ir aplikams ar nodokļiem tikai tajā Līgumslēdzējā Valstī, kuras rezidents ir mākslinieks vai sportists.

18.pants

Pensijas

Saskaņā ar 19.panta 2.punkta noteikumiem pensija un cita līdzīga atlīdzība, ko saņem Līgumslēdzējas Valsts rezidents par iepriekš veikto algoto darbu, tiks aplikta ar nodokļiem tikai tajā valstī, kuras rezidents ir pensijas vai atlīdzības saņēmējs.

19.pants

Valsts dienests

1 — a) Darba alga, samaksa un cita līdzīga atlīdzība, kas nav pensija un kuru fiziskajai personai izmaksā Līgumslēdzēja Valsts vai politiskā vai administratīvā vienība, vai pašvaldība par šai valstij vai vienībai, vai pašvaldībai sniegtajiem pakalpojumiem, tiks aplikta ar nodokļiem tikai šajā valstī;

b) Tomēr šī darba alga, samaksa un cita līdzīga atlīdzība tiks aplikta ar nodokļiem tikai otrā Līgumslēdzējā Valstī, ja pakalpojumi ir sniegti šajā otrā valstī un šī fiziskā persona ir tāds šīs valsts rezidents, kas:

- i) Ir šīs valsts pilsonis; vai
- ii) Nav kļuvis par šīs valsts rezidentu tikai un vienīgi, lai sniegtu šos pakalpojumus.

2 — a) Jebkura pensija, ko fiziskajai personai izmaksā Līgumslēdzēja Valsts vai politiskā vai administratīvā vienība, vai pašvaldība vai kas tiek izmaksāta no to izveidotajiem fondiem par pakalpojumiem, ko šī persona sniegusi šai valstij vai vienībai, vai pašvaldībai, tiks aplikta ar nodokļiem tikai šajā valstī;

b) Tomēr šī pensija tiks aplikta ar nodokļiem tikai otrā Līgumslēdzējā Valstī, ja šī fiziskā persona ir šīs otras valsts rezidents un pilsonis.

3 — Šīs Konvencijas 15., 16. un 18.panta noteikumus piemēro darba algai, samaksai, citai līdzīgai atlīdzībai un pensijai, kuru izmaksā par pakalpojumiem, kas sniegti sakarā ar Līgumslēdzējas Valsts vai politiskās vai administratīvās vienības, vai pašvaldības veikto uzņēmējdarbību.

20.pants

Studenti

Students, māceklis vai stažieris, kas ieradies Līgumslēdzējā Valstī vienīgi, lai studētu vai stažētos, un kurš ir vai tieši pirms ierašanās bija otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents, pirmajā minētajā valstī tiks atbrīvots no aplikšanas ar nodokļiem attiecībā uz maksājumiem, kurus šī persona saņem uzturēšanās, studiju vai stažēšanās vajadzībām no ārpus pirmās minētās valsts esošiem avotiem.

21.pants

Profesori un pētnieki

1 — Fiziskas personas, kas ierodas Līgumslēdzējas Valstī, lai mācītu vai nodarbotos ar izpēti universitātē, koledžā vai citā šīs Līgumslēdzējas Valsts atzītā izglītības vai zinātniskās pētniecības iestādē, un kas ir vai tieši pirms ierašanās bija otras Līgumslēdzējas Valsts rezidents, ienākums, kas gūts par šo apmācīšanu vai izpēti, tiks atbrīvots no aplikšanas ar nodokļiem pirmajā minētajā valstī laika posmā, kas nepārsniedz divus gadus no datuma, kad šī persona minētajos nolūkos pirmoreiz ieradās šajā valstī.

2 — Šī panta 1.punkta noteikumi netiks piemēroti ienākumiem, kas gūti par izpētes darbiem, ja šie izpētes darbi ir veikti nevis sabiedriskajās interesēs, bet galvenokārt kādas personas vai personu privātajās interesēs.

22.pants

Darbība šelfa zonā

1 — Šī panta noteikumus piemēro neatkarīgi no šīs Konvencijas 4.līdz 20.panta noteikumiem.

2 — Šajā pantā jēdziens «darbība šelfa zonā» nozīmē jebkuru darbību Līgumslēdzējas Valsts šelfa zonā, kas saistīta ar jūras un zemes dziļu un tur esošo dabas resursu pētīšanu un izmantošanu.

3 — Personas — Līgumslēdzējas Valsts rezidenta darbība šelfa zonā, kas tiek veikta otras Līgumslēdzējas Valsts šelfa zonā, saskaņā ar 4.punkta noteikumiem tiks uzskatīta par tādu uzņēmējdarbību, kas tiek veikta otrā Līgumslēdzējā Valstī, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību vai pastāvīgo bāzi.

4 — 3.punkta noteikumus nepiemēros, ja darbība šelfa zonā tiks veikta laika posmā vai laika posmos, kas kopumā nepārsniedz 30 dienas jebkurā divpadsmit mēnešu periodā. Šī punkta piemērošanai:

- a) Darbība šelfa zonā, ko veic persona, kas ir saistīta ar citu personu, tiks uzskatīta par šīs citas

personas veiktu darbību, ja šī darbība pēc būtības ir tāda pati kā tā, ko veic pirmā minētā persona, izņemot pirmās personas darbību, kas tiek veikta vienlaicīgi ar otrās personas veikto darbību;

- b) Persona tiks uzskatīta par saistītu ar citu personu, ja viena no tām tieši vai netieši kontrolē otru vai arī kāda trešā persona vai trešās personas tieši vai netieši kontrolē abas minētās personas.

5 — Darba algu, samaksu un citu līdzīgu atlīdzību, ko saņem Līgumslēdzējas Valsts rezidents par algotu darbu, kas saistīts ar darbību otras Līgumslēdzējas Valsts šelfa zonā, var aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī tik lielā mērā, cik šis darbs ir ticis veikts šīs otras valsts šelfa zonā. Tomēr šāda atlīdzība tiks aplikta ar nodokļiem tikai pirmajā minētajā valstī, ja algotais darbs ir veikts tāda darba devēja labā, kurš nav otras valsts rezidents, un ja šīs darbības ilgums kopumā nepārsniedz 30 dienu laika posmu vai laika posmus jebkurā divpadsmit mēnešu periodā.

6 — Ienākumu, ko Līgumslēdzējas Valsts rezidents gūst, atsavinot:

- a) Pētīšanas vai izmantošanas tiesības; vai
 b) Īpašumu, kas izvietots otrā Līgumslēdzējā Valstī un tiek izmantots saistībā ar darbību šelfa zonā šajā otrā valstī; vai
 c) Akcijas, kuras savu vērtību vai vērtības lielāko daļu tieši vai netieši iegūst no iepriekš minētajām tiesībām vai īpašuma, vai no šīm tiesībām un īpašuma kopā;

var aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī.

Šajā punktā jēdziens «pētīšanas vai izmantošanas tiesības» nozīmē tiesības uz īpašumu, kas var tikt radīts, veicot darbību otras Līgumslēdzējas Valsts šelfa zonā, vai tiesības uz līdzdalību īpašumā vai peļņā, ko var gūt šis īpašums.

23.pants

Citi ienākumi

1 — Citi šīs Konvencijas iepriekšējos pantos neatrunātie Līgumslēdzējas Valsts rezidenta ienākuma veidi neatkarīgi no to rašanās vietas tiks aplikti ar nodokļiem tikai šajā valstī.

2 — 1.punkta noteikumi netiks piemēroti ienākumam, kas nav ienākums no 6.parta 2.punktā definētā nekustamā īpašuma, ja šī ienākuma saņēmējs, kurš ir Līgumslēdzējas Valsts rezidents, veic uzņēmējdarbību otrā Līgumslēdzējā, Valstī, izmantojot tur esošo pastāvīgo pārstāvniecību, vai sniedz neatkarīgus individuālos pakalpojumus šajā otrā valstī, izmantojot tur izvietoto pastāvīgo bāzi, un ja tiesības vai īpašums, par ko tiek saņemts šis ienākums, ir faktiski saistīts ar šo pastāvīgo pārstāvniecību vai pastāvīgo bāzi. Šajā gadījumā atkarībā no apstākļiem piemēro Konvencijas 7. vai 14.panta noteikumus.

3 — Neatkarīgi no šā panta 1. un 2.punktā paredzētā, tādi Konvencijas iepriekšējos pantos neatrunātie Līgumslēdzējas Valsts rezidenta ienākumi, kuri rodas otrā Līgumslēdzējā Valstī, var tikt aplikti ar nodokļiem arī šajā otrā valstī.

24.pants

Nodokļu dubultās uzlikšanas novēršana

Nodokļu dubultā uzlikšana tiks novērsta šādi:

1 — Portugālē:

- a) Ja Portugāles rezidents saņem ienākumu, kurš saskaņā ar šo Konvenciju var tikt aplikts ar nodokļiem Latvijā, Portugāle atļauj atskaitīt no šī rezidenta ienākuma nodokļa tādu summu, kas ir vienāda ar samaksāto Latvijas nodokli. Šis atskaitījums nedrīkst pārsniegt tādu Portugāles ienākuma nodokļa daļu, kas aprēķināta pirms šī atskaitījuma izdarīšanas un ir attiecināma uz ienākumu, ko var aplikēt ar nodokļiem Latvijā;
- b) Ja saskaņā ar šīs Konvencijas noteikumiem Portugāles rezidenta gūtā ienākumi ir atbrīvoti no nodokļiem Portugālē, tad Portugāle, aprēķinot nodokli par šī rezidenta atlikušo ienākumu, var ņemt vērā atbrīvoto ienākumu.

2 — Latvijā:

- a) Ja Latvijas rezidents saņem ienākumu, kurš saskaņā ar šo Konvenciju var tikt aplikts ar nodokļiem Portugālē, ja vien Latvijas iekšzemes likumdošanas aktos netiek paredzēti labvēlīgāki noteikumi, Latvijai ir jāatļauj atskaitīt no šī rezidenta ienākuma nodokļa tādu summu, kas ir vienāda ar samaksāto Portugāles nodokli. Šis atskaitījums tomēr nedrīkst pārsniegt tādu Latvijas ienākuma nodokļa daļu, kas aprēķināta pirms šī atskaitījuma izdarīšanas un ir attiecināma uz ienākumu, ko var aplikēt ar nodokļiem Portugālē.
- b) Šī punkta a) apakšpunkta piemērošanai, ja sabiedrība, kas ir Latvijas rezidents, saņem dividendes no sabiedrības, kas ir Portugāles rezidents un kurā sabiedrībai — Latvijas rezidentam pieder vismaz 10 procentu no tās akcijām ar pilnām balsstiesībām, Portugālē samaksātajā nodoklī tiks ietverts ne tikai nodoklis, ar kuru aplikē dividendes, bet arī sabiedrības — Portugāles rezidenta samaksātā nodokļa, ar kuru aplikē sabiedrības peļņu, no kuras tiek izmaksātas dividendes, daļa, kas atbilst šīm dividendēm.

25.pants

Diskriminācijas nepieļaušana

1 — Līgumslēdzējas Valsts pilsoņi otrā Līgumslēdzējā Valstī netiks pakļauti jebkāda veida aplikšanai ar nodokļiem vai jebkurām ar tiem saistītām prasībām, kas atšķiras no aplikšanas ar nodokļiem vai ar tiem saistītām prasībām, kurām tiek vai var tikt pakļauti otras valsts pilsoņi tādos pašos apstākļos vai kuras ir apgrūtināšākas, it īpaši attiecībā uz rezidenci. Šis noteikums neatkarīgi no 1.panta noteikumiem attiecas arī uz personām, kuras nav vienas Līgumslēdzējas Valsts vai abu Līgumslēdzēju Valstu rezidenti.

2 — Bezvalstnieki, kas ir Līgumslēdzējas Valsts rezidenti, nevienā no Līgumslēdzējām Valstīm netiks pakļauti aplikšanai ar nodokļiem vai jebkurām ar tiem saistītām prasībām, kas atšķiras no aplikšanas ar nodokļiem vai ar tiem saistītām prasībām, kurām tiek vai var tikt pakļauti attiecīgās valsts pilsoņi tādos pašos apstākļos vai kuras ir apgrūtināšākas, it īpaši attiecībā uz rezidenci.

3 — Līgumslēdzējas Valsts uzņēmuma pastāvīgo pārstāvniecību, kuru tas izmanto otrā Līgumslēdzējā Valstī, nevar aplikēt ar nodokļiem šajā otrā valstī mazāk labvēlīgi, nekā tiktu aplikti ar nodokļiem otras valsts uzplēmumi, kas veic tāda paša veida darbību. Šo noteikumu nedrīkst iztulkot tādējādi, ka tas uzliktu Līgumslēdzējai Valstij pienākumu piešķirt otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentiem jebkādas personiskas atlaides, atvieglojumus un samazinājumus attiecībā uz aplikšanu ar nodokļiem, kādus šī valsts piešķir tās rezidentiem, ņemot vērā viņu civilstāvokli vai ģimenes saistības.

4 — Izņemot gadījumus, kad piemērojami 9.panta 1.punkta, 11.panta 7.punkta vai 12.panta 6.punkta noteikumi, procenti, autoratlīdzības un citi maksājumi, ko Līgumslēdzējas Valsts uzņēmums izmaksā otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentam, nosakot šī uzņēmuma ar nodokļiem apliekamo peļņu, ir jāatskaita no šīs peļņas pēc tādiem pašiem noteikumiem, kā tad, ja tie tiktu izmaksāti pirmās minētās valsts rezidentam.

5 — Līgumslēdzējas Valsts uzņēmumus, kuru kapitāls pilnīgi vai daļēji, tieši vai netieši pieder vienam vai vairākiem otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentiem vai kuras viņi tieši vai netieši kontrolē, pirmajā minētajā valstī nevar pakļaut jebkādi aplikšanai ar nodokļiem vai jebkurām ar tiem saistītām prasībām, kas, atšķiras no aplikšanas ar nodokļiem un ar tiem saistītām prasībām, kurām tiek vai vār tikt pakļauti līdzīgi pirmās minētās valsts uzņēmumi vai kuras ir apgrūtināšākas.

6 — Šī panta noteikumi neatkarīgi no 2.panta noteikumiem ir piemērojami visu veidu un nosaukumu nodokļiem.

26.pants

Savstarpējās saskaņošanas procedūra

1 — Ja persona uzskata, ka vienas Līgumslēdzējas Valsts vai abu Līgumslēdzēju Valstu rīcība izraisa vai var izraisīt tādu šīs personas aplikšanu ar nodokļiem, kas neatbilst šīs Konvencijas noteikumiem, šī persona var neatkarīgi no šo valstu iekšzemes likumdošanas aktu noteikumiem, kas paredz novērst šādu aplikšanu ar nodokļiem, iesniegt sūdzību izskatīšanai tās Līgumslēdzējas Valsts kompetentajām iestādēm, kuras rezidents ir šī persona, vai arī, ja sūdzība attiecas uz 25.panta 1.punktu, tās Līgumslēdzējas Valsts kompetentajām iestādēm, kuras pilsonis ir šī persona. Sūdzība jāiesniedz izskatīšanai triju gadu laikā no pirmā paziņojuma par rīcību, kas izraisījusi aplikšanu ar nodokļiem neatbilstoši šīs Konvencijas noteikumiem.

2 — Kompetentās iestādes pienākums ir censties atrisināt šo jautājumu, ja tā uzskata, ka sūdzība ir pamatota, un, ja šī iestāde pati nespēj panākt apmierinošu risinājumu, tai jāmēģina atrisināt jautājums, savstarpēji vienojoties ar otras Līgumslēdzējas Valsts kompetentajām iestādēm, lai novērstu šai Konvencijai neatbilstošu aplikšanu ar nodokļiem. Jebkura šāda panākta vienošanās ir jāizpilda neatkarīgi no Līgumslēdzējas Valsts iekšzemes likumdošanas aktos noteiktajiem laika ierobežojumiem.

3 — Līgumslēdzēju Valstu kompetentajām iestādēm ir jācenšas savstarpējas, vienošanās ceļā atrisināt jebkurus sarežģījumus vai novērst šaubas, kas var rasties, skaidrojot vai piemērojot šo Konvenciju. Tās var arī savstarpēji konsultēties, lai novērstu nodokļu dubulto uzlikšanu šajā Konvencijā neparedzētos gadījumos.

4 — Lai panāktu vienošanos iepriekšējos punktos minētajos jautājumos, Līgumslēdzēju Valstu kompeten-

tās iestādes var tieši sazināties viena ar otru, kā arī šāda viedokļu apmaiņa var notikt ar Līgumslēdzēju Valstu kompetento iestāžu pārstāvju komisijas starpniecību.

27.pants

Informācijas apmaiņa

1 — Līgumslēdzēju Valstu kompetentajām iestādēm ir jāapmainās ar informāciju, kas nepieciešama šīs Konvencijas noteikumu izpildīšanai vai Līgumslēdzēju Valstu iekšzemes likumdošanas aktu prasību izpildei par nodokļiem, uz kuriem attiecas šī Konvencija, tiktāl, ciktāl šie likumdošanas akti nav pretrunā ar šo Konvenciju. Konvencijas 1.pants neierobežo informācijas apmaiņu. Jebkura informācija, ko šāpēm Līgumslēdzēja Valsts, ir jāuzskata par slepenu tāpat kā informācija, kas tiek iegūta saskaņā ar šīs valsts likumdošanas aktiem, un tā var tikt izpausta tikai tām personām vai varas iestādēm (tajā skaitā tiesas un administratīvām iestādēm), kuras ir iesaistītas nodokļu, uz kuriem attiecas šī Konvencija, aprēķināšanā, iekasēšanā; saukšanā pie juridiskas atbildības, piespiedu līdzekļu piemērošanā vai apelāciju izskatīšanā attiecībā uz šiem nodokļiem. Šīm personām vai varas iestādēm šī informācija jāizmanto vienīgi iepriekšminētajos nolūkos. Tās drīkst izpaust šo informāciju atklātā tiesas procesā vai tiesas nolēmumos.

2 — 1.punkta noteikumus nedrīkst iztulkot tādējādi, ka tie uzliktu Līgumslēdzējai Valstij pienākumu:

- a) Veikt administratīvus pasākumus, kas neatbilst vienas vai otras Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktiem un administratīvajai praksei;
- b) Sniegt informāciju, kas nav pieejama saskaņā ar vienas vai otras Līgumslēdzējas Valsts likumdošanas aktiem vai parasti piemērojamo administratīvo praksi;
- c) Sniegt informāciju, kas var atklāt jebkuru tirdzniecības, uzņēmējdarbības, ražošanas, komerciālo vai profesionālo noslēpumu vai tirdzniecības procesu, vai arī sniegt informāciju, kuras izpaušana būtu pretrunā ar sabiedrības interesēm (ordre public).

28.pants

Priekšrocību ierobežošana

Šīs Konvencijas noteikumus nedrīkst iztulkot tādējādi, ka tie uzliktu Līgumslēdzējai Valstij par pienākumu piešķirt šajā Konvencijā noteiktos atvieglojumus jebkurai personai — otras Līgumslēdzējas Valsts rezidentam, ja abu Līgumslēdzēju Valstu kompetentās iestādes uzskata, ka šādu priekšrocību piešķiršana ir šīs Konvencijas pamatprincipu pārkāpšana.

29.pants

Diplomātisko un konsulāro pārstāvniecību personāls

Nekas šajā Konvencijā nedrīkst ietekmēt diplomātisko misiju vai konsulāro pārstāvniecību personāla fiskālās privilēģijas, kuras tam piemērojamas saskaņā ar starptautiskajām tiesībām vai īpašiem nolīgumiem.

30.pants

Stāšanās spēkā

Līgumslēdzējas Valstis informē viena otru par to, ka ir izpildītas šo valstu likumīgās prasības, kas nepiecie-

šamas, lai Konvencija stātos spēkā. Šī Konvencija stāties spēkā ar iepriekš minētā pēdējā paziņojuma datumu, un tās noteikumi tiks piemēroti:

1) Portugālē:

- a) Attiecībā uz nodokļiem, ko ietur ienākuma izmaksas brīdī, sākot ar nodokļa ieturēšanas gadījumiem, kuri iestājas tā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā šī Konvencija stājas spēkā;
- b) Attiecībā uz pārējiem nodokļiem — sākot ar ienākumu, kas gūts taksācijas gadā, kas sākas tā kalendārā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā šī Konvencija stājas spēkā;

2) Latvijā:

- a) Attiecībā uz nodokļiem, ko ietur ierīkuma izmaksas brīdī, sākot ar ienākumu, kas gūts tā kalendārā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā šī Konvencija stājas spēkā;
- b) Attiecībā uz pārējiem ienākuma nodokļiem, sākot ar nodokļiem, kas maksājami jebkurā taksācijas gadā, kas sākas tā kalendārā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā šī Konvencija stājas spēkā.

31.pants

Darbības izbeigšana

Šī Konvencija ir spēkā tik ilgi, kamēr viena Līgumslēdzēja Valsts tās darbību izbeidz. Katra Līgumslēdzēja Valsts var izbeigt šīs Konvencijas darbību, diplomātiskā ceļā iesniedzot rakstisku paziņojumu par izbeigšanu vismaz sešus mēnešus pirms jebkura kalendārā gada beigām kurš seko trīs gadu ilgām laika periodam, sākot no Konvencijas spēkā stāšanās dienas. Šajā gadījumā Konvencijas darbība tiek izbeigta:

1) Portugālē:

- a) Attiecībā uz nodokļiem, ko ietur ienākuma izmaksas brīdī, sākot ar nodokļa ieturēšanas gadījumiem, kuri iestājas janvāra pirmajā dienā vai pēc tās, pēc datuma, kurā beidzas paziņojumā norādītais periods;
- b) Attiecībā uz pārējiem nodokļiem — par tajā taksācijas gadā gūto ienākumu, kas sākas tā kalendārā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā ir iesniegts paziņojums par darbības izbeigšanu;

2) Latvijā:

- a) Attiecībā uz nodokļiem, ko ietur ienākuma izmaksas brīdī, sākot ar ienākumu, kas gūts tā kalendārā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā ir iesniegts paziņojums par darbības izbeigšanu;

- b) Attiecībā uz pārējiem ienākuma nodokļiem, sākot ar nodokļiem, kas maksājami jebkurā taksācijas gadā, kas sākas tā kalendārā gada janvāra pirmajā dienā vai pēc tās kalendārajā gadā, kas seko gadam, kurā ir iesniegts paziņojums par darbības izbeigšanu.

To apliecinot, būdami pienācīgi pilnvaroti, šo Konvenciju ir parakstījuši.

Konvencija sastādīta Rīgā divos eksemplāros 2001. gada 19. jūnijā portugāļu, latviešu un angļu valodā, turklāt visi teksti ir vienlīdz autentiski. Atšķirīgas interpretācijas gadījumā noteicošais ir teksts angļu valodā.

Portugāles Republikas vārdā:

Latvijas Republikas vārdā:

PROTOKOLS

Parakstot Portugāles Republikas un Latvijas Republikas Konvenciju par nodokļu dubultās uzlikšanas un nodokļu nemaksāšanas novēršanu attiecībā uz ienākuma nodokļiem (turpmāk — Konvencija), abas puses ir vienojušās par tālāk minētiem noteikumiem, kuri ir neatņemama šīs Konvencijas sastāvdaļa.

Attiecībā uz 2.panta 2.punktu

Tiks saprasts, ka nodokļi ar kuriem apliek uzņēmumu izmaksāto darba algu un samaksu kopējo summu tiks uzskatīti par ienākuma nodokļiem, bet sociālās apdrošināšanas un tām pielīdzināmās iemaksas netiks uzskatītas par ienākuma nodokļiem.

Attiecībā uz 4.panta 3.punktu

1 — Tiks saprasts, ka laikā, kamēr nav panākta vienošanās starp kompetentajām iestādēm, šāda persona nedrīkst pieprasīt jebkurus atvieglojumus, ko piešķir saskaņā ar šo Konvenciju. Panāktā vienošanās ir īstenojama saskaņā ar 26.panta noteikumiem.

2 — Tiks saprasts, ka 3.punkta noteikumi ir piemērojami tik ilgi, kamēr saskaņā ar Latvijas iekšzemes likumdošanas aktiem faktiskās vadības atrašanās vieta netiek piemērota kā kritērijs rezidences noteikšanai. Ja šāds kritērijs tiks ieviests, tad Latvijas kompetentajām iestādēm nekavējoties pēc tā pieņemšanas par to jāinformē Portugāles kompetentās iestādes un, sākot ar agrāko iespējamo datumu, kādu nosaka kompetentās iestādes, 3.punkta vietā ir piemērojams tālāk minētais:

«3 — Ja saskaņā ar 1.punkta noteikumiem persona, kura nav fiziska persona, ir abu Līgumslēdzēju Valstu rezidents, tad šī persona ir uzskatāma par tās valsts rezidentu, kurā atrodas tās faktiskās vadības vieta.»

Attiecībā uz 6.pantu

1 — Tiks saprasts, ka šī panta noteikumi ir piemērojami arī ienākumam no kustamā īpašuma vai ienā-

kumam, kas gūts par ar nekustamā īpašuma izmantošanu saistītiem pakalpojumiem, kas saskaņā ar tās Līgumslēdzējas valsts nodokļu likumdošanas aktiem, kurā atrodas šis nekustamais īpašums, ir pielīdzināmi ienākumam no nekustamā īpašuma.

2 — Attiecībā uz šī panta 3.punktu Līgumslēdzējas Valstis saprot, ka visus ienākumus un kapitāla pieaugumu no nekustamā īpašuma, kas atrodas Līgumslēdzējā Valstī, atsavināšanas var aplikt ar nodokli šajā valstī saskaņā ar Konvencijas 13.panta noteikumiem.

Attiecībā uz 7.pantu

Attiecībā uz šā panta 3.punktu un nepārkāpjot pamatprincipus, termins «pastāvīgās pārstāvniecības izdevumi» nozīmē tos atskaitāmos izdevumus, kas ir tieši saistīti ar pastāvīgās pārstāvniecības uzņēmējdarbību.

Attiecībā uz 10.pantu

Attiecībā uz šā panta 3.punktu tiks saprasts, ka jēdziens «dividendes» iekļauj arī ienākumus, kas attiecināmi saskaņā ar vienošanos par līdzdalību peļņā (Portugāles gadījumā, *associação em participação*).

Attiecībā uz 13.pantu 3.punktu

Tiks saprasts, ka 13.panta 3.punkta noteikumi ir piemērojami vienīgi attiecībā uz peļņu, ko gūst uzņēmums, kas izmanto jūras vai gaisa transporta līdzekļus starptautiskajā satiksmē.

Attiecībā uz 26.pantu

Nekas 3.punktā netiks iztulkots tādējādi, lai uzliktu Līgumslēdzējas Valsts kompetentajām iestādēm pienākumu novērst nodokļu dubulto uzlikšanu šajā Konvencijā neparedzētos gadījumos.

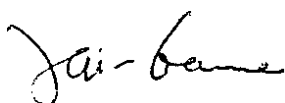
Attiecībā uz 28.pantu

Tiks saprasts, ka «Konvencijas pamatprincipu pārkāpšana» var ietvert situāciju, kurā Līgumslēdzējai Valstij saskaņā ar šo Konvenciju ir jāpiešķir atvieglojumi attiecībā uz ienākumu, kas rodas šajā valstī un kas netiek pakļauts aplikšanai ar nodokļiem otrā valstī vai ir pakļauts aplikšanai ar nodokļiem pēc likmes, kas ir ievērojami zemāka par šajā otrā valstī vispārēji piemērojamo likmi.

To apliecinot, būdami pienācīgi pilnvaroti, šo Protokolu ir parakstījuši.

Protokols sastādīts Rīgā divos eksemplāros 2001. gada 19. jūnijā portugāļu, latviešu un angļu valodā, turklāt visi teksti ir vienlīdz autentiski. Atšķirīgas interpretācijas gadījumā noteicošais ir teksts angļu valodā.

Portugāles Republikas vārdā:



Latvijas Republikas vārdā:



CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF LATVIA FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME.

The Portuguese Republic and the Republic of Latvia, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, have agreed as follows:

Article 1

Persons covered

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income or on elements of income, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are in particular:

a) In the case of Portugal:

- i) The personal income tax (*imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS*);
- ii) The corporate income tax (*imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC*);
- iii) The local surtax on corporate income tax (*derrama*);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»);

b) In the case of Latvia:

- i) The enterprise income tax (*uzņēmumu ienakuma nodoklis*);
- ii) The personal income tax (*iedzīvotāju ienakuma nodoklis*);

(hereinafter referred to as «Latvian tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagoes of Azores and

Madeira, the respective territorial sea and any other zone in which, in accordance with the laws of Portugal and international law, the Portuguese Republic has its jurisdiction or sovereign rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed and subsoil, and of the superjacent waters;

- b) The term «Latvia» means the Republic of Latvia and, when used in the geographical sense, means the territory of the Republic of Latvia and any other area adjacent to the territorial waters of the Republic of Latvia within which under the laws of Latvia and in accordance with international law, the rights of Latvia may be exercised with respect to the sea bed and its subsoil and their natural resources;
- c) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Latvia or Portugal, as the context requires;
- d) The term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;
- e) The term «company» means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- f) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- g) The term «international traffic» means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise of a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;
- h) The term «competent authority» means:
 - i) In the case of Portugal, the Minister of Finance, the Director General of Taxation (Director-Geral dos Impostos) or their authorized representative;
 - ii) In the case of Latvia, the Ministry of Finance or its authorized representative;
- i) The term «national» means:
 - i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;
 - ii) Any legal person, partnership, association or other entity deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning that it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein

by reason of his domicile, residence, place of management, place of incorporation or any other criterion of a similar nature, and also includes that State and any political or administrative subdivision or local authority thereof. This term, however, does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;
- d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement and determine the mode of application of the Convention to such person.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office;
- d) A factory;
- e) A workshop; and
- f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3 — A building site, a construction, assembly or installation project or a supervisory activity connected therewith constitutes a permanent establishment only if such site, project or activity lasts for a period of more than nine months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;

- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;
- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in sub-paragraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, any option or similar right to acquire immovable property, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other

natural resources; ships and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — Where the ownership of shares or other corporate rights in a company entitles the owner of such shares or other corporate rights to the enjoyment of immovable property held by the company, the income from the direct use, letting, or use in any other form of such right to enjoyment may be taxed in the Contracting State in which the immovable property is situated.

5 — The provisions of paragraphs 1, 3 and 4 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in this article.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention,

then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

Shipping and air transport

1 — Profits of an enterprise of a Contracting State from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

3 — Whenever companies from different countries have agreed to carry on an air transportation business together in the form of a consortium, the provisions of paragraph 1 shall apply only to such part of the profits of the consortium as corresponds to the participation held in that consortium by a company that is a resident of a Contracting State.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or
- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State;

and an enterprise of the other Contracting State, and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits, where that other State considers the adjustment justified. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of

that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the dividends.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — The term «dividends» as used in this article means income from shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the interest.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State, derived and beneficially owned by the Government of the other Contracting State, including its political or administrative subdivisions and local authorities, the Central Bank or any financial institution wholly owned by that Government, or interest derived on loans guaranteed by that Government shall be exempt from tax in the first-mentioned State.

4 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures. The

term «interest» shall not include any income which is treated as a dividend under the provisions of article 10. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the royalties.

3 — The term «royalties» as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films and films or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right

or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the liability to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by such permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State or shares in a company the assets of which consist mainly of such property may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains derived by an enterprise of a Contracting State from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft, shall be taxable only in that State.

4 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2 and 3, shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by an individual who is a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that Contracting State. But such income may also be taxed in the other Contracting State:

- a) If he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose

of performing his activities; but only so much of the income as is attributable to that fixed base; or

- b) If his stay in the other Contracting State is for a period or periods exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period commencing or ending in the fiscal year concerned; in that case, only so much of the income as is derived from his activities performed during the period of his presence in that other Contracting State.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period commencing or ending in the fiscal year concerned; and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic by an enterprise of a Contracting State may be taxed in that State.

Article 16

Directors' fees

Director's fees and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or any other similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State

as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply to income derived from activities exercised in a Contracting State by an entertainer or a sportsman if the visit to that State is wholly or mainly supported by public funds of one or both of the Contracting States or its political or administrative subdivisions or local authorities thereof. In such case, the income shall be taxable only in the Contracting State of which the entertainer or sportsman is a resident.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1 — a) Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- i) Is a national of that State; or
- ii) Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — a) Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Students

Payments which a student, an apprentice or a trainee who is or was immediately before visiting a Contracting

State a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 21

Professors and researchers

1 — An individual who visits a Contracting State for the purpose of teaching or carrying out research at a university, college or other recognized educational or scientific research institution in that Contracting State and who is or was immediately before that visit a resident of the other Contracting State, shall be exempted from taxation in the first-mentioned Contracting State on remuneration for such teaching or research for a period not exceeding two years from the date of his first visit for that purpose.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income from research if such research is undertaken not in the public interest but primarily for the private benefit of a specific person or persons.

Article 22

Offshore activities

1 — The provisions of this article shall apply notwithstanding the provisions of articles 4 to 20 of this Convention.

2 — For the purposes of this article, the term «offshore activities» means activities carried on offshore in a Contracting State in connection with the exploration or exploitation of the sea bed and subsoil and their natural resources situated in that State.

3 — A person who is a resident of a Contracting State and carries on offshore activities in the other Contracting State shall, subject to paragraph 4, be deemed to be carrying on business in that other State through a permanent establishment or a fixed base situated therein.

4 — The provisions of paragraph 3 shall not apply where the offshore activities are carried on for a period or periods not exceeding in the aggregate 30 days in any twelve month period. For the purposes of this paragraph:

- a) Offshore activities carried on by a person who is associated with another person shall be deemed to be carried on by the other person if the activities in question are substantially the same as those carried on by the first-mentioned person, except to the extent that those activities are carried on at the same time as its own activities;
- b) A person shall be deemed to be associated with another person if one is controlled directly or indirectly by the other, or both are controlled directly or indirectly by a third person or third persons.

5 — Salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment connected with offshore activities in the other Contracting State may, to the extent that the duties are performed offshore in that other State, be taxed in that other State. However, such remuneration

shall be taxable only in the first-mentioned State if the employment is carried on for an employer who is not a resident of the other State and for a period or periods not exceeding in the aggregate 30 days in any twelve month period.

6 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of:

- a) Exploration or exploitation rights; or
- b) Property situated in the other Contracting State which is used in connection with the offshore activities carried on in that other State; or
- c) Shares deriving their value or the greater part of their value directly or indirectly from such rights or such property or from such rights and such property taken together;

may be taxed in that other State.

In this paragraph the term «exploration or exploitation rights» means rights to assets to be produced by offshore activities carried on in the other Contracting State, or to interests in or to the benefit of such assets.

Article 23

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, items of income of a resident of a Contracting State not dealt with in the foregoing articles of this Convention and arising in the other Contracting State may also be taxed in that other State.

Article 24

Elimination of double taxation

The double taxation shall be eliminated as follows:

1) In Portugal:

- a) Where a resident of Portugal derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Latvia, Portugal shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the income tax paid in Latvia. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in Latvia;

b) Where in accordance with any provision of the Convention income derived by a resident of Portugal is exempt from tax in Portugal, Portugal may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income;

2) In Latvia:

- a) Where a resident of Latvia derives income which, in accordance with this Convention, may be taxed in Portugal, unless a more favourable treatment is provided in its domestic law, Latvia shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident, an amount equal to the income tax paid thereon in Portugal. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax in Latvia, as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in Portugal;
- b) For the purposes of sub-paragraph a), where a company that is a resident of Latvia receives a dividend from a company that is a resident of Portugal in which it owns at least 10 per cent of its shares having full voting rights, the tax paid in Portugal shall include not only the tax paid on the dividend, but also the appropriate portion of the tax paid on the underlying profits of the company out of which the dividend was paid.

Article 25

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — Stateless persons who are residents of a Contracting State shall not be subjected in either Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of the State concerned in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected.

3 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 7 of article 11, or paragraph 6 of article 12, apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

5 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

6 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 26

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 25, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention. They may also consult together for the elimination of double taxation in cases not provided for in the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 27

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention.

The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2— In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

Article 28

Limitation of benefits

The provisions of this Convention shall not be construed as obliging a Contracting State to grant the benefits under this Convention to any person that is a resident of the other Contracting State, if, according to the competent authorities of both Contracting States, the receipt of those benefits will constitute an abuse of the general principles of the Convention.

Article 29

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

Article 30

Entry into force

Each of the Contracting States shall notify the other of the completion of the procedures required by its law for the bringing into force of this Convention. The Convention shall enter into force on the date of the later of these notifications and shall thereupon have effect:

1) In Portugal:

- a) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;
- b) In respect of other taxes, as to income arising in a fiscal year beginning on or after the first day of January in the year

next following the year in which this Convention enters into force;

2) In Latvia:

- a) In respect of taxes withheld at source, on income derived on or after the first day of January in the calendar year next following the year in which the Convention enters into force;
- b) In respect of other taxes on income, for taxes chargeable for any fiscal year beginning on or after the first day of January in the calendar year next following the year in which the Convention enters into force.

Article 31

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving written notice of termination at least six months before the end of any calendar year following after the period of three years from the date on which the Convention enters into force. In such event the Convention shall cease to have effect:

1) In Portugal:

- a) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
- b) In respect of other taxes, as to income arising in a fiscal year beginning on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;

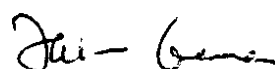
2) In Latvia:

- a) In respect of taxes withheld at source, on income derived on or after the first day of January in the calendar year next following the year in which the notice has been given;
- b) In respect of other taxes on income, for taxes chargeable for any fiscal year beginning on or after the first day of January in the calendar year next following the year in which the notice has been given.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate at Riga this 19th day of June 2001, in the Portuguese, Latvian and English languages, all three texts being equally authentic. In case of divergent interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Latvia:



PROTOCOL

At the moment of signing the Convention between the Portuguese Republic and the Republic of Latvia for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with respect to Taxes on Income, the undersigned have agreed upon the following, which shall be an integral part of the Convention:

Ad article 2 (2)

It is understood that taxes on total amounts of wages or salaries paid by enterprises shall also be regarded as taxes on income, but social security charges or any other similar charge shall not be regarded as taxes on income.

Ad article 4 (3)

1 — It is understood that while the agreement between the competent authorities has not been reached, such person shall not be entitled to claim any benefits provided by this Convention. The agreement reached shall be implemented in accordance with the provisions of article 26.

2 — It is understood that the provisions of paragraph 3 are applicable as long as the place of effective management criteria for the determination of residence is not used under the domestic legislation of Latvia. In the case of implementation of such criteria the competent authorities of Latvia shall inform the competent authorities of Portugal as soon as such criteria is implemented, and the following provisions shall be applicable instead of the provisions of paragraph 3 from the earliest possible date as determined by the competent authorities:

«3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the State in which its place of effective management is situated.»

Ad article 6

1 — It is understood that the provisions of this article shall also apply to income from movable property or from services connected with the use of immovable property which, under the taxation law of the Contracting State in which the immovable property in question is situated, is assimilated to income from immovable property.

2 — Regarding paragraph 3 of this article, the Contracting States understand that all income and gains arising

from the alienation of immovable property located in a Contracting State may be taxed in that State in accordance with article 13 of this Convention.

Ad article 7

In respect of paragraph 3 of this article, and without changing the general principle thereof, the term «expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment» means those deductible expenses directly relating to the business of the permanent establishment.

Ad article 10

In respect of paragraph 3 of this article, the term «dividends» also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits (in the case of Portugal, «associação em participação»).

Ad article 13 (3)

It is understood that the provisions of paragraph 3 of article 13 shall be applicable only to gains derived by an enterprise operating ships or aircraft in international traffic.

Ad article 26

It is understood that nothing in paragraph 3 shall be construed so as to impose on the competent authorities of a Contracting State the obligation to eliminate double taxation in cases not provided for in the Convention.

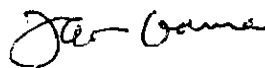
Ad article 28

It is understood that «abuse of the general principles of the Convention» may include a situation where the benefits under the Convention shall be granted by a Contracting State in respect of an item of income arising in that State which is not subject to taxation in the other Contracting State or is subject to taxation at a considerably lower tax rate than the tax rate generally applicable in that other State.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Protocol.

Done in duplicate at Riga this 19th day of June 2001, in the Portuguese, Latvian and English languages, all three texts being equally authentic. In case of divergent interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Latvia:



